TRADUÇÃO: A QUESTÃO DA EQUIVALÊNCIA

Cristina Carneiro RODRIGUES¹

- RESUMO: Este trabalho propõe-se a refletir sobre o conceito de equivalência de tradução tomando como ponto de partida as implicações do mito de Babel, como relatado por Jacques Derrida (1982, 1987). A dispersão das tribos e a multiplicidade de línguas decorrentes da destruição da torre instauram o reino da diferença e o da desigualdade de valores, não o dos intercâmbios com perfeito equilíbrio nem o das relações simétricas entre línguas. Assim, é problemático encarar a tradução como uma relação de equivalência, na medida em que pratica a diferença entre valores, crenças, representações sociais e funciona como agente de domínio.
- PALAVRAS-CHAVE: Tradução: equivalência; desconstrução.

Este trabalho estabelece um contato entre a desconstrução e os estudos da tradução ao refletir sobre um dos pontos considerados centrais pela literatura da área desde os anos 50 até, pelo menos, os 80: a noção de equivalência, especialmente como colocada em alguns modelos de tradução, como o de Nida (1964, 1966) e o de Catford (1965/1980), por exemplo.² Busco, neste percurso, minar as bases em que esses discursos se apóiam quando afirmam que a tradução estabelece uma rela-

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários - IBILCE - UNESP - 15054-000 - São José do Rio Preto - SP. cristina@df.ibilce.unesp.br

² Nos casos em que utilizei uma tradução publicada em português, a referência à data de sua edição em língua estrangeira foi colocada em primeiro lugar entre os parênteses e o ano da edição da tradução após uma barra. As traduções apresentadas neste trabalho foram feitas por mim, na falta de uma edição disponível em português.

ção de equivalência entre dois textos, explorando as implicações desses discursos.

Como ponto de partida para minha reflexão, tomo o mito de Babel, que Derrida aborda em vários de seus textos, especialmente em L'oreille de l'autre (1982) e "Des tours de Babel" (1987). Sua análise pode ser vista, por um lado, como uma introdução aos problemas da tradução, por outro, como uma outra maneira de encarar a tradução – ou as relações que a tradução desencadeia. Vou simplificar o relato, para me ater às suas implicações para os estudos da tradução, porque são elas que encaminham minha discussão.

O relato se inicia quando a tribo dos Shem, palavra que quer dizer "nome", em hebraico, decide erguer uma torre para chegar aos céus e impor sua língua a todos os povos. Seria uma língua que "o mais forte imporia ao universo e que, dessa maneira, se tornaria língua universal" (Derrida, 1982, p.135). Deus, "esse Deus que é capaz de ressentimento, de ciúmes e de cólera" (Ibidem), interrompe a construção e impõe seu nome - Babel, nome de Deus ou do pai, palavra que também pode ser entendida como confusão. Esse é um Deus capaz de ira e ciúmes, um Deus que possui paixões humanas, que não quer perder o domínio e, por isso, pune os Shem. No mesmo movimento de imposição de seu nome. Deus institui também a diversidade de línguas e destina os Shem à tradução, sujeitando-os a uma tradução ao mesmo tempo necessária e impossível. A dispersão das línguas condena, assim, o homem à necessidade da tradução, mas também a um trabalho que nunca estará completo, porque a tradução perfeita, a transparência, só seria possível com a imposição de uma única língua universal como queriam os Shem. Com esse relato. Derrida mostra como Deus, ao mesmo tempo que dá o presente da heterogeneidade, da diversidade das línguas, oferece o veneno da impossibilidade de redução a um igual; torna necessária a tradução e marca a impossibilidade da transparência. Em lugar da compreensão universal almejada pelos Shem, institui-se a multiplicidade de línguas e o reino da diferença.

Esse mito de Babel tem suas implicações. Como explica Derrida (1987), ao tentarem construir um nome, impor uma língua universal e uma genealogia única, os Shem quiseram trazer o mundo à razão, e "essa razão pode significar, simultaneamente, uma violência colonial (pois assim eles universalizariam seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana" (p.210). Em um único movimento, imporiam sua razão ao mundo e trariam o outro à racionalidade. Na análise de Derrida, ao destruir a torre e impor seu nome, Deus rompe a transpa-

rência racional e interrompe também a violência colonial ou o imperialismo lingüístico, pois os Shem não podem mais impor sua língua, nem o seu sentido como o único. Em um único lance, libera a razão universal, porque a razão não estaria mais sujeita a uma nação em particular, a um povo específico, e limita a universalidade, tornando impossível a univocidade e a transparência.

Refletir sobre o mito de Babel e a impossibilidade de transparência significa refletir sobre a tradução. Tradicionalmente concebe-se a tradução como a transmissão do mesmo sentido ou da mesma forma de um original em uma outra língua. Espera-se que uma tradução reproduza os valores do original em uma troca com equilíbrio, ou seja, que traga em uma segunda língua, equivalentes em sentido ou em forma dos presentes em uma primeira língua. A reflexão desencadeada pelo relato de Derrida desafia, entretanto, a noção de tradução como equivalência. Não se pode determinar quando nem por quem o conceito foi introduzido nos estudos da tradução, mas percebe-se, pela literatura sobre tradução escrita após a segunda metade do século XX, que se tornou um de seus tópicos centrais. Kelly (1979) utiliza-se do conceito para comentar a prática da tradução desde os romanos. Nida (1964) e Catford (1965/1980) baseiam nele suas definições de tradução e é ele que fornece o direcionamento para seus trabalhos. Roman Jakobson (1959/1971) não só define a tradução como envolvendo "duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes", como afirma que "a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da lingüística" (p.65). Mas, apesar de a relação entre texto de partida e tradução estar sendo pensada há tanto tempo como uma relação de equivalência, os teóricos enfrentam grande dificuldade para definir o que seria "equivalência". Em lugar de o fazerem, fragmentam o conceito em outros.3 Assim, é à etimologia do termo, que remete a igualdade, a nivelação, a manutenção em um mesmo plano ou obtenção de um mesmo valor (Torrinha, 1945), que me refiro neste trabalho quando trato da equivalência.

³ Nida, por exemplo, trabalha com os conceitos de correspondência formal e equivalência dinâmica, esta subdividida em duas categorias, o equivalente natural e o equivalente natural mais próximo. Sua postura é exemplar, na medida em que, como outros teóricos, em lugar de definir a equivalência, apenas repete o termo: "Para produzir urna mensagem equivalente, uma que seja dinamicamente equivalente e que se ajuste ao canal do decodificador, é necessário "alongar" a mensagem, construindo-a com a necessária redundância, de modo a torná-la significativa de maneira equivalente" (Nida, 1964, p.131, grifos meus).

A unidade e a homogeneidade pressupostas pela equivalência, entretanto, não têm lugar no reino da diferença instituído a partir da destruição da torre de Babel. A dispersão das tribos e a multiplicidade de línguas não permitem que se pense na absoluta igualdade de valores, na universalidade, na univocidade; mas, como a confusão absoluta é também impensável, a tradução vai se situar em um ponto intermediário, que não é o da transparência nem o da equivalência, pois cada signo se relaciona com os outros signos de modo diferente em cada língua e em cada texto de cada língua. Ao se interromper a construção da torre, instaura-se a desigualdade de valores – a equivalência só seria possível no estado de universalidade e de igualdade imaginado pelos Shem.

Niranjana (1992) observa que é "curioso" que Derrida afirme que, com a interrupção da obra dos Shem, Deus tenha também interrompido a violência colonial ou o imperialismo lingüístico. De acordo com seu ponto de vista, a interrupção de Deus "iniciou a violência cultural" (p.144). Se refletirmos por esse caminho, podemos chegar à sequinte situação: efetivamente, os Shem não podem mais impor sua língua. mas no mundo pós-babélico os sentidos e os valores são determinados pelo mais poderoso. A noção de equivalência como proposta nos textos em que é central pressupõe que os intercâmbios lingüísticos possam se realizar com perfeito equilíbrio, em uma relação idealizada entre povos e culturas, em que duas línguas estão em posição simétrica. Pensar sobre a questão da multiplicidade de línguas e a da violência cultural, significa desmascarar essa noção de equilíbrio, pois as escolhas do tradutor sempre apontam para a construção de valores - que nunca estão em perfeita simetria. Nesse sentido, a tradução é "o lugar de múltiplas determinações e efeitos - lingüísticos, culturais, institucionais, políticos" (Venuti, 1992, p.1).

A tradução pratica a diferença entre valores, crenças e representações sociais, assim como funciona como agente de domínio. Conceber a tradução como equivalência é um meio de mascarar essa face perturbadora do processo. Entretanto, mesmo os teóricos que têm como objetivo sistematizar a equivalência não conseguem ocultar a relação de forças que a tradução desencadeia. O trabalho de Nida é um exemplo desse ângulo da tradução. O "método da equivalência dinâmica", que o autor propõe com o objetivo de estabelecer "uma relação entre receptor e mensagem que seja substancialmente a mesma que aquela que ocorreu entre os receptores e a mensagem originais" (1964, p.159), como um meio de recuperar as intenções do autor do original, revela-se ape-

nas como um meio de reprimir as relações de poder, de mascarar a natureza política da tradução, na medida em que os supostos equivalentes representam os valores de um segmento da sociedade anglo-americana. A equivalência dinâmica revela-se como uma violência cultural, como uma repressão do outro.

A desconstrução, ao salientar que não existe intercâmbio com perfeito equilíbrio entre duas linguas, nem mesmo internamente a uma língua, promove a reflexão sobre a questão da diferença, da semelhança, da alteridade, do poder. Uma reflexão sobre esses pontos evidencia que pressupor a equivalência é apenas um movimento no sentido de mascarar as relações complexas que estão em jogo na tradução. Se analisada por esse ângulo, a tradução relaciona-se intimamente ao imperialismo decorrente do contato entre culturas, em que a mais forte busca exercer o domínio sobre a mais fraca. Também, nesse sentido, não há equivalência: os valores expressos pela tradução não são neutros, sempre há algum tipo de interferência por parte do tradutor, já que suas escolhas não são isentas, revelam sempre uma avaliação de sua própria língua e cultura, da língua e da cultura estrangeira, assim como do texto e do autor que traduz.

Também em relação à questão do domínio, a desconstrução tem desafiado o pensamento tradicional sobre a tradução. Uma das estratégias clássicas utilizadas para a dominação é a de classificação por dicotomias, em que um elemento ou conceito se subdivide em dois termos opostos que o esgotaria. Um desses termos é sempre considerado mais importante que o outro, o reprimido. Esse é um meio de dominação que o pensamento pós-moderno em geral e especificamente a desconstrução tem atacado, não com o objetivo de deslocar o privilégio atribuído a um dos lados do par, promovendo o retorno do marginalizado e oprimido, mas buscando demonstrar que é ilusória a pureza de cada um dos pólos. Nesse sentido, a desconstrução propicia a reflexão sobre a contaminação entre as culturas – a tradutora e a traduzida – e salienta que é impossível um contato que deixe qualquer um dos pólos intacto.

⁴ Nida, especialista em tradução da Bíblia, procede a análises lingüísticas que supostamente levariam à interpretação correta de certos sintagmas. Entretanto, o que apresenta como interpretação correta, a que deve ser priorizada nas traduções que promove, é apenas a instituída por sua fé, que o autor opõe às interpretações "tradicionais". Note-se também que, apesar de Nida, em sua exposição teónica, remeter aos "receptores e mensagens originais" (1964, p.159), praticamente todos os seus exemplos referem-se ao inglês, sugerindo que toma como ponto de partida para suas análises traduções da Bíblia para o inglês.

Além disso, a desconstrução do logocentrismo e a radicalização da noção de arbitrariedade do signo promovidas por Derrida demonstram que, a partir do momento em que a linguagem é "signo de signo", o suposto texto original não pode escapar ao movimento da diferência. ⁵ A diferência supõe "uma estrutura e um movimento que não se deixam pensar a partir da oposição presença/ausência", devido a esse jogo sistemático de diferencas pelo qual os elementos se relacionam uns com os outros (Derrida, 1972, p.37). Cada significante só adquire significado ao remeter a outro significante, passado ou futuro. Dessa maneira, cada elemento se encontra capturado em uma rede tecida por outras palavras e por outras configurações textuais e sempre se relaciona com outros, "guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca de sua relação com o elemento futuro" (Derrida. 1972/1991b, p.45). Na cadeia da frase, o elemento anterior antecipa o posterior, no texto, lembra um significado passado e antecipa o futuro: não há presente e o significado se dá neste intervalo, neste espacamento. O processo de significação supõe séries de remissões que impedem que, em algum momento, um elemento esteja presente e remeta apenas a si próprio. Assim, o texto de partida é convencional e arbitrário: e a relação entre seus significantes e significados é sempre contingente e dependente de espaço e tempo. O texto de partida é tão sujeito a esse processo de adiamento e de protensão quanto a tradução. Desse modo, desestabiliza-se a própria oposição entre o texto original e a tradução – em que a tradução se colocaria no pólo inferior, e o original no privilegiado. A partir do questionamento de qualquer possibilidade de exterioridade à linguagem, que a desconstrução promove, percebe-se que é ilusório esse privilégio atribuído ao original, pois reconhece-se que é precisamente "a différence promovida pela leitura e pela tradução que toma possível a sobrevivência de qualquer texto" (Arrojo, 1993, p.77).

Se o texto depende da leitura para sua sobrevivência, "toda leitura está também em dívida com o texto lido" (Bennington, 1991, p.157). Da mesma maneira, todo original depende do tradutor para essa mesma sobrevivência e está em dívida, por antecipação, para com o tradutor. Olhar a tradução por esse prisma envolve desestabilizar a oposição, tão insistentemente demarcada na literatura sobre tradução, entre o con-

⁵ Uso, neste trabalho, "diferência" como tradução de "différance", seguindo os tradutores Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Miriam Schnaiderman, Renato Janine Ribeiro e Rogério da Costa. Sobre suas outras traduções, v. texto de Paulo Ottoni, neste volume.

texto "produtor" e o "reprodutor" de um texto, pois, se toda leitura é produtora e não protetora, o mesmo pode ser estendido à tradução. Entretanto, é a oposição tradicional entre os dois pólos que fundamenta a concepção de que o texto traduzido deve reproduzir estratégias equivalentes às do original e este, enquanto objeto estável, seria o parâmetro para a avaliação de uma tradução. Essas concepções de unidirecionalidade se abalam com a própria idéia de débito que o original tem para com a tradução – a dívida da sobrevivência. Se o texto original passa a ser concebido como um texto também produzido, também construído no ato da leitura e cujo significado se encontra em uma trama das convenções, não há relação assimétrica entre original e tradução, pois ambos são produtos de leituras construídas. Ao se conceber a tradução como leitura, aceita-se que há uma série de coerções do contexto que promove a tradução agindo sobre o trabalho do tradutor, e admite-se que o tempo não passa apenas para uma tradução, mas também transforma o original, que não transcende às mudanças lingüísticas e sociais.

Por outro lado, isso envolve também a impossibilidade de se produzir, na tradução, estratégias ou significados com o mesmo valor dos do texto original. O texto traduzido é "outro" texto, que mantém outro tipo de relações entre os elementos, exatamente porque as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encadeamentos, de atribuição de valores entre os elementos. Essas concepções poderiam levar a se pensar que a tradução é totalmente impossível. No entanto, o que é impossível não é a tradução, mas a noção de tradução de que se parte para pensar nessa impossibilidade: uma concepção que espera que a tradução repita o texto original, que seja seu equivalente, que reproduza seus valores.

Conceber a tradução como uma atividade produtora de significado implica concebê-la como um caso particular de leitura, ou de escritura, que promove a diferença, a transformação e uma complexa relação de débito:

O débito não envolve restituir uma cópia ou uma boa imagem, uma representação fiel ao original: este, o sobrevivente, está, ele próprio, em processo de transformação. O original se dá ao se modificar e esse dom não é um objeto dado, ele vive e sobrevive em mutação. (Derrida, 1987, p.217)

Na medida em que o original não é um objeto fixo, o que se dá, o que sobrevive não é simplesmente uma essência que receberá uma

outra aparência, pois esse suposto original não tem uma identidade independente de uma leitura, fora da trama de intertextualidade em que se insere, ou em algum momento que exclua a relação espaço-temporal. O original vive, sobrevive, na e pela sua própria transformação produzida pela leitura. A tradução não transporta uma essência, não troca ou substitui significados dados, prontos em um texto, por significados equivalentes em outra língua. A tradução é uma relação em que o texto original se dá por sua própria modificação, em sua transformação.

A tradição, entretanto, sempre considerou que teríamos pleno acesso à origem. Essa ilusão manifesta-se, na literatura sobre tradução, pelo próprio uso do termo "texto original" como sinônimo de "textofonte". Os dois termos pressupõem a existência de uma fonte, ou origem, mais ou menos transparente que carregaria, em si, a plenitude de um sentido intencional. No entanto, se analisarmos a ligação entre os termos, como o faz Derrida (1972/1991a), concluiremos que nossa relação com os textos não pode ser de regresso à fonte, ou à origem, pois a fonte, "na pureza de sua água, está sempre disseminada longe de si própria e não tem relação consigo enquanto fonte" (p.324). A fonte é "apenas um efeito produzido pela estrutura de um movimento ... não é, portanto, a origem nem à partida nem à chegada" (p.328). A fonte é heterogênea e não tem "sentido próprio que lhe permita regressar e igualar-se a si mesma" (p.325). Visto por esse ângulo, o chamado texto-fonte não pode estar carregado de sentido, só pode ser movimento, heterogeneidade e, da mesma maneira que os signos, não é recuperável como pura origem, mas efeito produzido no movimento dos signos. A tradição essencialista pressupõe que temos acesso às coisas do mundo por meio da linguagem, que o mundo e a cultura seriam a fonte das representações, dos signos. No entanto, o que a reflexão pósmoderna em geral tenta evidenciar é que a cultura é "efeito das representações", ou seja, o mundo e a cultura não são estáveis; a sociedade. a ideologia é que produzem os seus sentidos (Hutcheon, 1989, p.7). Qualquer representação informa valores e interesses ideológicos, não há transparência, não há neutralidade nem espelhamento em sua produção. O sistema de significação é, portanto, socialmente estabelecido e é por meio dele que vemos o mundo e o constituímos. De acordo com Hutcheon, na conjuntura pós-moderna,

o estudo da representação não se torna o estudo do espelhamento mimético ou da projeção subjetiva, mas uma exploração do modo pelo qual as

narrativas e as imagens se estruturam, como nos vemos e como construímos nossas noções de sujeito, no presente e no passado. (Ibidem)

Nesse sentido, o signo não reflete uma cultura, uma sociedade, mas garante seus valores e seus significados. Os signos entram em circulação, constituem um discurso, constroem significados que se disseminam e entrecruzam e são, ao mesmo tempo, produto e produtores de ideologia. Pensar nesses termos é aceitar a impossibilidade de acesso ao referente, na impossibilidade de acesso imediato aos significados, é pensar na transformação regulada que rege todas as operações de linguagem, não só a tradução.

Se a cultura não é fonte das representações, mas seu efeito; se a representação não domina nem oculta o referente, ela cria e interpreta esse referente, sem oferecer um acesso imediato a ele, o tradutor não lida com uma "fonte", nem com uma "origem" fixa, mas constrói uma interpretação que, por sua vez, também vai ser movimento e desdobrar-se em outras interpretações. A tradução não pode transportar valores iguais aos do texto de partida porque o processo transforma valores. Nesse sentido, a tradução é um texto que se insere em uma outra cadeia diferencial, substituindo e modificando, o texto de partida. Assim, conceber a tradução como uma relação complexa entre dois textos, não como uma relação de equivalência em que haveria simetria entre eles, significa conceber a tradução como o lugar da diferença, como um processo que promove a transformação de valores.

RODRIGUES, C. C. Translation: the issue of equivalence. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.89-98, 2000.

- ABSTRACT: The purpose of this study is to consider the notion of translation equivalence from the implications originated in the myth of Babel, as reported by Jacques Derrida (1982, 1987). The dispersion of the tribes and the multiplicity of languages arising out of the tower destruction establish the realm of difference and inequality of values, without perfectly balanced exchanges or symmetrical relations among the languages. Thus, to understand translation as a relation of equivalence becomes problematic, since it puts to practice the differences among values, beliefs, social representations, besides acting as a control/ruling agent.
- KEYWORDS: Translation; equivalence; deconstruction.

Referências bibliográficas

ARROJO, R. A traducão passada a limpo e a visibilidade do tradutor. In: Tradução, desconstrução, psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.71-89. BENNINGTON, G. Derridabase, In: DERRIDA, J. Jacques Derrida. Paris: Seuil, 1991. p.7-292. CATFORD. J. C. Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada. Trad. Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix 1980 DERRIDA, J. Positions. Paris: Minuit, 1972. L'oreille de l'autre: otobiographies, transferts, traductions. Québec: VLB. 1982. . Des tours de Babel. In: _____. Psyché: inventions de l'autre. Paris: Galilée, 1987. p.203-35. _____. Qual quelle - as fontes de Valéry. _____. In: Margens da filosofia. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991a. p.315-47. . A diferença. In: _____. Margens da filosofia. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991b. p.33-63. HUTCHEON, L. The politics of postmodernism. New York: Routledge, 1989. JAKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: _____. Lingüística e comunicação. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1971, p.63-72. KELLY, L. G. The true interpreter: a history of translation theory and practice in the West. New York: St. Martin's. 1979. NIDA, E. Toward a science of translating. Leiden: E. J. Brill, 1964. _. Principles of translation as exemplified by Bible translating. In: BROWER, R. A. On translation. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.11-31. NIRANJANA, T. Siting translation: history, post-structuralism, and the social context. Berkeley: University of California Press, 1992. TORRINHA, F. Dicionário latino-português. 3.ed. Porto: Maranus, 1945. VENUTI, L. Introduction. In: _____. Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology. London: Routledge, 1992. p.1-17.